

CONSUMO ALIMENTAR, ESTADO NUTRICIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Giovana Daniele Kuhn¹, Mariane Schmitt², Patrícia Fassina³

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) visa complementar a renda das famílias beneficiárias. No entanto, brasileiros beneficiados vêm aumentando o consumo de alimentos industrializados, com maior densidade energética e menor valor nutricional. Este fato demonstra que o aumento do poder aquisitivo não vem acompanhado de escolhas alimentares mais saudáveis, favorecendo modificações no estado nutricional e contribuindo para o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade. Neste contexto, objetivou-se avaliar a repercussão do PBF no consumo alimentar, estado nutricional e nível de segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Estudo de revisão integrativa da literatura realizado por meio da busca de artigos científicos nas bases de dados *SciELO*, *Medline* e *LILACS*. Foram selecionados 13 estudos publicados nos últimos dez anos, incluídos apenas estudos do tipo observacionais e excluídos aqueles baseados em dados secundários, artigos de revisão e estudos que não estabeleceram associação entre o Programa Bolsa Família e a segurança alimentar e nutricional. Os dados foram analisados por temas, agrupando-se as informações semelhantes em uma mesma categoria, sendo: consumo alimentar, estado nutricional e segurança alimentar e nutricional. Os resultados revelaram que após a inclusão das famílias no programa, o consumo alimentar dos beneficiários aumentou de forma quantitativa, observando-se maior frequência no consumo de alimentos ultraprocessados, o que justifica a prevalência de excesso de peso encontrada nesta população. O recurso repassado promoveu melhora no acesso aos alimentos, mas não na qualidade nutricional, evidenciando-se ainda níveis de insegurança alimentar elevados. Assim, conclui-se que o Programa Bolsa Família repercutiu positivamente apenas para o aumento do consumo alimentar, diminuindo

-
- 1 Nutricionista Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – Saúde da Família da Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lajeado, RS, Brasil.
 - 2 Nutricionista da Prefeitura Municipal de Lajeado, RS, Brasil e Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – Saúde da Família da Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lajeado, RS, Brasil.
 - 3 Nutricionista Docente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – Saúde da Família da Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lajeado, RS, Brasil.

a fome, porém as proporções de Insegurança Alimentar continuam elevadas e o estado nutricional inadequado, devido às escolhas alimentares.

Palavras-chave: Direitos socioeconômicos. Políticas públicas. Programas governamentais. Auxílio alimentar.

INTRODUÇÃO

Para viver com dignidade, todas as pessoas devem ter direito à liberdade, acesso à saúde, educação, moradia, informação e alimentação adequada. Assim, a alimentação constitui um dos direitos humanos básicos (ABRANDH, 2013) e, como forma de garantia à este direito, em 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde foi proposto o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que visa assegurar o acesso a alimentos de qualidade, seguros e saudáveis, em quantidade suficiente, de forma regular e permanente, correspondendo às tradições culturais da população (CASTRO, 2019; IPEA, 2014).

Desde então, o País tem elaborado programas e políticas públicas voltados a garantia da SAN, ao combate à pobreza e as desigualdades sociais. Um dos mais importantes programas estruturados foi o Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei n. 10.836 em 2004 (MACHADO *et al.*, 2018; SUZART *et al.*, 2017), cujo propósito é melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres, diminuir a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, através de repasse mensal em dinheiro às famílias cadastradas (BRASIL, 2004; CAMPOLI *et al.*, 2019).

O PBF tem como foco beneficiar as famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 178,00, compostas por crianças, jovens de até 18 anos, gestantes ou nutrizes. Os valores pagos pelo PBF variam de, no mínimo, R\$ 41,00 e, no máximo, R\$ 372,00 para uma mesma família, sendo que estas não apresentam obrigações sobre a forma pela qual devem utilizar o benefício (BRASIL, 2015; CARDOZO, 2017). Porém, há evidências que o aumento na renda através do auxílio transferido é usado, principalmente, para a aquisição de alimentos, apontando efeitos positivos na alimentação destas famílias, que passam a ter maior acesso e aumento na quantidade e variedade de alimentos consumidos (IBASE, 2009; CARMO *et al.*, 2016).

Contudo, com a complementação de renda proveniente do PBF, ocorreram também modificações nos hábitos alimentares dos brasileiros beneficiados. Estes, por consequência, aumentaram o consumo de alimentos industrializados, com maior densidade energética, que fornecem mais energia e até saciam a fome, entretanto contêm um menor teor de nutrientes necessários à saúde (IBASE, 2009). Este fato demonstra que o aumento do poder aquisitivo não vem acompanhado de escolhas alimentares mais saudáveis, favorecendo modificações no estado nutricional destas famílias, aumentando a prevalência de sobrepeso e obesidade (COLEONE *et al.*, 2016; IBASE, 2013).

Ainda, apesar dos avanços realizados no País, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento utilizado para mensurar o nível de insegurança alimentar e nutricional dos brasileiros (CARDOZO, 2020), aponta que milhões de famílias sofrem de insegurança alimentar (IA) no Brasil, podendo ser insegurança alimentar leve (IAL), insegurança alimentar moderada (IAM) ou insegurança alimentar grave (IAG), pois tanto a deficiência quanto o excesso de nutrientes e a má qualidade da alimentação são prejudiciais para o estado nutricional (CARDOZO *et al.*, 2017; SANTOS, *et al.*, 2018). Isso quer dizer que a insegurança alimentar não está restrita somente ao baixo consumo de calorias ou alimentos de forma quantitativa, mas está relacionada também à carência de micronutrientes na alimentação, pelo elevado consumo de alimentos ultraprocessados em detrimento dos alimentos *in natura* (IPEA, 2014; BARBOSA, *et al.*, 2020).

Diante disso, evidencia-se que o PBF surgiu para auxiliar no combate à fome das famílias brasileiras de baixa renda. Porém, existe uma lacuna no âmbito da segurança alimentar e nutricional destas famílias, uma vez que o programa repassa o valor, mas carece de práticas de educação nutricional com os beneficiários, a fim de orientar a aquisição de alimentos saudáveis. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar a repercussão do PBF no consumo alimentar, no estado nutricional e no nível de segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

MÉTODOS

Estudo de revisão integrativa da literatura científica. Neste método, os resultados de pesquisas primárias sobre o mesmo assunto são agrupados, com o objetivo de sintetizar e analisar os dados para explicar um fenômeno específico. Esta metodologia é composta por cinco etapas: formulação do problema, coleta de dados, avaliação, análise e interpretação dos dados e apresentação dos resultados (COOPER, 1989).

O problema de pesquisa do presente estudo foi norteado pela seguinte questão: “qual o impacto causado pelo PBF no consumo alimentar, no estado nutricional e na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias?”

Para a coleta de dados realizou-se uma busca de artigos científicos publicados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) durante o período de maio a julho de 2020 por meio dos seguintes descritores e suas combinações, nas línguas portuguesa e inglesa: “Transferência de renda condicionada”, “Programa Bolsa Família”, “Política social”, “Programas governamentais”, “Segurança alimentar” e “Segurança alimentar e nutricional”. Foram consultadas também as listas de referências dos próprios artigos selecionados, com a finalidade de identificar estudos não localizados na busca.

A busca científica resultou na identificação de 1.587 documentos, não duplicados, dos quais 1.574 não atenderam aos critérios de elegibilidade, resultando o corpus deste estudo de revisão em 13 artigos publicados.

No que se refere aos critérios de inclusão, foram selecionados estudos publicados entre 2010 e 2020, em português e inglês, realizados no Brasil e indexados nos referidos bancos de dados; artigos na íntegra, que continham ao menos um desfecho relacionado à alimentação e nutrição, como consumo alimentar, segurança alimentar e nutricional e/ou estado nutricional da população beneficiária do PBF. Foram incluídos apenas estudos do tipo observacionais (transversais ou longitudinais) e excluídos aqueles baseados em dados secundários, artigos de revisão e estudos que não permitiram estabelecer uma associação do PBF com a segurança alimentar e nutricional.

Inicialmente, a partir da busca, os autores selecionaram todos os estudos cujos títulos ou resumos mencionassem a apresentação de dados sobre o PBF, consumo alimentar, estado nutricional e segurança alimentar e nutricional, rejeitando aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão, constituindo-se o corpus desta revisão em 13 artigos. Posteriormente, os dados foram analisados por temas, agrupando-se as informações semelhantes em uma mesma categoria, conforme proposto por Bardin (2016). Para isso, o texto completo foi consultado a fim de confirmar a elegibilidade dos estudos, sendo estes analisados por temas e agrupados em três categorias de desfecho: 1) consumo alimentar, 2) estado nutricional e 3) segurança alimentar e nutricional.

Para a categoria de consumo alimentar selecionaram-se cinco estudos publicados entre 2010 e 2018, que avaliaram o consumo efetivo ou a frequência de consumo de alimentos. Em relação ao estado nutricional, foram selecionados seis estudos publicados entre 2012 e 2017, que avaliaram dados antropométricos de crianças e adultos que compunham as famílias beneficiadas pelo PBF e, por fim, para os desfechos relacionados à segurança alimentar e nutricional, selecionaram-se seis estudos que aplicaram a EBIA, realizados de 2010 a 2020.

Para a descrição dos estudos selecionados, foi elaborado um quadro sinóptico para cada categoria, incluindo dados de referência do estudo, local de realização, delineamento, amostra, instrumento ou indicadores de avaliação e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado nutricional das famílias beneficiárias do PBF está apresentado nos estudos expostos no Quadro 1, os quais demonstraram maiores índices de sobrepeso e obesidade nas populações avaliadas.

Prevalência de eutrofia (67,3%) entre a população beneficiária e não beneficiária do PBF foi identificada no estudo de Coleone *et al.* (2017), sendo que as maiores taxas de sobrepeso e risco de sobrepeso estiveram associadas aos beneficiários do programa. Altas prevalências de sobrepeso e obesidade

também foram encontradas nos estudos que avaliaram o estado nutricional da população beneficiária do PBF, principalmente entre os adultos, sendo de 46,5% (MONTEIRO *et al.*, 2014), 56,1% (LIMA; RABITO, 2011) e 51,2% (CABRAL *et al.*, 2013). Este último, ainda mencionou um significativo achado de 15,9% de desnutrição entre as crianças e adolescentes beneficiários do programa. Já Carmo *et al.* (2015) e de Paula *et al.* (2012) evidenciaram que populações beneficiadas e não beneficiadas ao PBF apresentaram alta prevalência de sobrepeso.

No Brasil, segundo a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), mais da metade da população brasileira tem excesso de peso. O Vigitel, realizado em 2019, também registrou um aumento expressivo na taxa de obesidade entre os brasileiros, sendo de 20,2% (BRASIL, 2019) e, apesar de inclinar-se a ser mais prevalente nas classes socioeconômicas privilegiadas (SANTOS *et al.*, 2017), observa-se que o excesso de peso pode estar presente em todas elas. Este achado evidencia a fase de transição nutricional, caracterizada pela passagem da desnutrição para a obesidade, pela qual o Brasil vem passando, onde percebe-se uma prevalência simultânea de sobrepeso e obesidade tanto nas camadas mais ricas quanto nas mais pobres da sociedade (SANTOS *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Na população beneficiária do PBF, o benefício recebido deveria proporcionar melhorias nas condições econômicas e de estilo de vida das famílias, repercutindo na quantidade e qualidade da alimentação (MENNA *et al.*, 2019). Entretanto, em sua maioria, as famílias estão passando a consumir alimentos ultraprocessados e de alta densidade energética com maior frequência, seja pela falta de conhecimento do que seria uma alimentação saudável, pelo menor preço desses alimentos ou pelo poder de escolha adquirido, justificando o excesso de peso nesta população (FRANCO *et al.*, 2019; REINEHR; COUTINHO, 2017).

A partir dos resultados encontrados quanto estado nutricional das famílias beneficiárias do PBF, nota-se a carência de programas que contemplem tanto o combate à desnutrição quanto ao sobrepeso e obesidade. Diante disso, os programas de transferência de renda poderiam contribuir mais efetivamente no estado nutricional dos beneficiários se combinados a outros tipos de intervenções, como ações de educação em saúde e nutrição (CARMO, *et al.*, 2016), a fim de fomentar a promoção de práticas alimentares saudáveis nas famílias atendidas pelo programa e, conseqüentemente, auxiliar na recuperação, prevenção e tratamento de patologias desta população (COLEONE *et al.*, 2017; MALTA *et al.*, 2020).

Quadro 1 - Estudos de avaliação da repercussão do Programa Bolsa Família sobre o estado nutricional dos beneficiários.

Autor(es)/Ano	Local	Delineamento	Amostra	Instrumento e/ou Indicadores	Principais resultados
Monteiro <i>et al.</i> (2014)	Curitiba/PR	Estudo transversal	442 famílias incluídas no PBF	Escore-z estatura/idade, peso/idade e IMC/idade.	21,5% de déficit estatural e 46,5% de excesso de peso e risco de sobrepeso entre os beneficiários do PBF.
Lima e Rabito (2011)	Curitiba/PR	Estudo transversal	747 famílias incluídas no PBF	IMC e CC	Prevalência de sobrepeso e obesidade (56,1%) entre os beneficiários do PBF.
Cabral <i>et al.</i> (2013)	Maceió/AL	Estudo transversal	204 famílias incluídas no PBF	Escore-z peso/estatura, estatura/idade e peso/idade para crianças. Escore-z altura/idade, IMC/idade para adolescentes. IMC e CC para adultos.	Prevalência alta de desnutrição em crianças e adolescentes (15,9%) coexistindo com altas de sobrepeso e obesidade em adultos (51,2%) entre os beneficiários do PBF.
Carmo <i>et al.</i> (2016)	Belo Horizonte/MG	Estudo transversal	319 escolares com mediana de 9,4 anos (incluídas e não incluídas no PBF)	Escore-z IMC/idade	Alta taxa de excesso de peso (32,9%) entre os escolares, independentemente de serem ou não beneficiários do PBF. Não houve diferença estatisticamente significativa entre o estado nutricional e o pertencimento ao PBF.
Coleone <i>et al.</i> (2017)	Ipiranga do Sul/RS	Estudo transversal	113 escolares de 5 a 19 anos (incluídos e não incluídos no PBF)	IMC e CB	Prevalência de escolares eutróficos (67,3%). Maiores taxas de sobrepeso e obesidade estiveram relacionadas aos beneficiários do PBF.
de Paula <i>et al.</i> (2012)	Belo Horizonte/MG	Estudo transversal	115 escolares de 6 a 10 anos (incluídos e não incluídos no PBF)	Escore-z altura/idade e IMC	Elevada ocorrência de risco de sobrepeso e obesidade, independente do auxílio financeiro. Não houve diferença estatisticamente significativa entre o estado nutricional e o pertencimento ao PBF.

PBF: Programa Bolsa Família; IMC: Índice de Massa Corporal; CC: Circunferência da Cintura; CB: Circunferência do braço
 Fonte: Autores, 2020

Os estudos que analisaram o consumo alimentar das famílias beneficiárias do PBF, estão apresentados no Quadro 2. De forma geral, a maioria deles demonstrou maior frequência no consumo de alimentos ultraprocessados e baixo consumo de frutas e verduras pela população beneficiária do programa, enquanto a minoria evidenciou que as famílias apresentaram aumento no consumo de alimentos saudáveis após a inclusão no PBF.

O estudo realizado por Lignani *et al.*, (2011) apontou que, após a inclusão das famílias no PBF, estas apresentaram aumento no consumo de todos os grupos alimentares, especialmente dos alimentos processados, cereais, carnes, laticínios, feijão e açúcar. Assim como o estudo de Daufenback e Ribas (2016), que observou maior frequência no consumo de laticínios, feijão e cereais pelos

beneficiários do PBF, seguido de uma frequência média para itens alimentares industrializados e hortaliças.

Ao complementar a renda, o PBF tem revelado essa característica positiva, na qual se observa maior qualidade e variedade na alimentação das famílias (SILVA *et al.*, 2019). Mas ainda assim, alguns grupos alimentares não são consumidos regularmente (SILVA *et al.*, 2019), como mostra o estudo de Silvani *et al.*, (2018), que avaliou a frequência alimentar semanal de indivíduos beneficiários e não beneficiários, constatando que os beneficiários consomem menos salada crua e hortaliças em relação aos não beneficiários do PBF.

O estudo de Carmo *et al.*, (2016) observou elevada prevalência de consumo regular de refrigerante, suco artificial e guloseimas e baixo consumo de frutas e hortaliças entre as populações beneficiária e não beneficiária do PBF, porém, na comparação entre beneficiários e não beneficiários, observou-se maior consumo de guloseimas e refrigerantes entre os beneficiários do programa. O estudo de Paula *et al.*, (2012) também concluiu que as crianças beneficiárias do PBF apresentaram maior consumo de doces e *fast-food* enquanto as crianças não beneficiárias apresentaram preferência por alimentos como carne e feijão.

Esses achados podem ser justificados pela baixa escolaridade frequentemente encontrada nas famílias beneficiárias do PBF (FREIRE; NASCIMENTO, 2018; ABREU; AQUINO, 2017), possuindo relação significativa com o baixo conhecimento sobre hábitos alimentares saudáveis (NETO *et al.*, 2017). Ainda, o consumo de alimentos ultraprocessados tornou-se um hábito desde os primeiros anos de vida. No Brasil, uma a cada três crianças menores de dois anos já consumiu refrigerante, biscoitos ou bolos (SILVA *et al.*, 2019). Estes alimentos de baixa qualidade nutricional, adicionados de açúcares e gorduras, são mais acessíveis, baratos e duráveis, reduzindo significativamente os custos da alimentação, além de serem mais satisfatórios ao paladar (ROCHA *et al.*, 2020), sendo estes os motivos pelos quais as famílias de baixa renda considerem os alimentos ultraprocessados a opção mais viável na escolha alimentar.

Ainda, percebe-se que a compra de alimentos é a principal forma de utilização do recurso repassado pelo PBF, promovendo aumento no acesso aos alimentos. Porém, não necessariamente melhora na qualidade nutricional da alimentação. A escolha dos alimentos é um processo que envolve fatores sociais, econômicos e culturais. Portanto, o aumento da renda precisa necessariamente estar atrelado com a adoção de medidas intersetoriais de educação alimentar e nutricional, visando uma alimentação saudável (SPERANDIO *et al.*, 2017; SILVANI *et al.*, 2018).

Quadro 2 - Estudos de avaliação da repercussão do Programa Bolsa Família sobre o consumo alimentar dos beneficiários.

Autor(es)/Ano	Local	Delineamento	Amostra	Instrumento e/ou Indicadores	Principais resultados
Silvani <i>et al.</i> (2018)	Porto Alegre/RS	Estudo transversal	187 adultos (incluídos e não incluídos no PBF)	Questionário de frequência alimentar semanal do SISVAN e avaliação do consumo alimentar regular pelo VIGITEL	A minoria apresentou consumo saudável de alimentos (41%). Ao comparar a frequência de consumo, observou-se que os beneficiários consomem menos salada/hortaliças em relação aos não beneficiários do PBF.
de Paula <i>et al.</i> (2012)	Belo Horizonte/MG	Estudo transversal	115 escolares de 6 a 10 anos (incluídos e não incluídos no PBF)	Questionário qualitativo referente a um dia alimentar, com questões sobre preferências, hábitos alimentares e satisfação das crianças em frutas, refrigerante, arroz, feijão e hortaliças	Identificaram-se diferenças significativas quanto ao consumo de alimentos entre beneficiários e não beneficiários. Crianças não beneficiárias apresentaram maior consumo de carne e feijão, enquanto crianças beneficiárias maior consumo de doces e fast-food.
Carmo <i>et al.</i> (2016)	Belo Horizonte/MG	Estudo transversal	319 escolares com mediana de 9,4 anos (incluídas e não incluídas no PBF)	Questionário de frequência alimentar referente ao consumo nos últimos seis meses (refrigerante, suco artificial, salgadinho, bolacha, guloseimas, frutas, hortaliças, leite e feijão)	Elevada prevalência de consumo regular de refrigerante (34,3%), suco artificial (49,5%) e guloseimas (40,3%), e apenas 54,3% e 51,7% de consumo de frutas e hortaliças. Na comparação entre beneficiários e não beneficiários, observou-se maior consumo de guloseimas e refrigerantes entre os beneficiários.
Lignani <i>et al.</i> (2011)	Brasil	Estudo transversal	5000 famílias incluídas no PBF	Percepção dos beneficiários sobre mudanças na ingestão de 16 grupos de alimentos	Identificou-se aumento no consumo de todos os grupos alimentares após inclusão no PBF. Mais de 50% da população relatou aumento no consumo de cereais, alimentos processados, carne, laticínios, feijão e açúcar.
Daufenback e Ribas (2016)	Curitiba/PR	Estudo transversal	92 adultos incluídos no PBF	Questionário de frequência alimentar	Observou-se frequência de consumo diária para laticínios, feijão e cereais. Industrializados apresentaram consumo uma vez por semana. As frituras tiveram frequência média, assim como as hortaliças.

PBF: Programa Bolsa Família; SISVAN: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; VIGITEL: Sistema de vigilância de fatores de risco para doenças crônicas por inquérito telefônico
 Fonte: Autores, 2020

Os estudos que analisaram a repercussão do PBF sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários estão apresentados no Quadro 3. De forma geral, a maioria deles evidenciou algum grau de IA entre as famílias, sendo os piores níveis associados aos beneficiários do PBF.

Os estudos que envolveram apenas famílias incluídas no PBF encontraram altas prevalências de IA entre esta população avaliada, como por exemplo, nos achados de Traldi, Almeida e Ferrante (2012), onde observou-se que 95% das famílias apresentaram algum grau de IA, desse percentual 26% em IAG, 44% em IAM e 25% em IAL. Assim como no estudo de Monteiro *et al.*, (2014), onde a prevalência de IA foi de 81,6%, sendo 8,9% IAG, 17,3% IAM

e 55,4% IAL. Suzart e Ferreira (2018) encontraram resultados semelhantes, evidenciando que 73,5% das famílias estudadas apresentaram IA, onde 5,6% apresentaram IAG, 26,9% IAM e 40,8% IAL. Já Lignani *et al.*, (2011) não classificou os diferentes níveis de IA encontrados, mas identificou que 89% das famílias beneficiárias apresentaram algum grau dela.

As altas prevalências de IA entre os beneficiários do PBF são justificadas pelo fato deste público se encontrar em situação de vulnerabilidade, que predispõe à situação de insegurança (SPERANDIO; PRIORE, 2015). Apesar de o PBF contribuir para o aumento da renda e mostrar-se irrefutável na sua capacidade de combater a fome, o valor recebido ainda mostra-se insuficiente no que diz respeito à segurança alimentar das famílias (CAVALER *et al.*, 2020). Já o estudo de Santos *et al.*, (2020), realizado com famílias beneficiárias e não beneficiárias do PBF, demonstrou uma prevalência de 71,9% de IA, independente do recebimento do benefício. Porém, na comparação, observou 41,8% de IAM/IAG para beneficiários, contra 17,3% para não beneficiários.

O fato de a IA estar presente tanto em famílias beneficiárias quanto em famílias não beneficiárias do PBF se justifica devido a IA não estar restrita somente ao consumo quantitativo de alimentos, mas estar relacionada também à qualidade da alimentação (IPEA, 2014; BARBOSA *et al.*, 2020). Mesmo sendo o padrão alimentar de baixa qualidade nutricional atualmente observado em todas as classes sociais, este encontra-se ainda mais prevalente entre as famílias beneficiárias do Programa (ROCHA *et al.*, 2020), o que justifica os maiores níveis de IAG entre essa população.

De maneira oposta, Menezes *et al.*, (2017) identificou apenas 23,1% de IA no seu estudo realizado com famílias beneficiárias e não beneficiárias, resultado inferior ao encontrado nos estudos supracitados, apontando que o benefício associou-se significativamente com a IA. Este efeito positivo exercido sobre a IA demonstra que, para muitas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o benefício deste Programa, apesar de insuficiente, é a única renda para a aquisição de alimentos, promovendo melhorias nas condições de IA. Porém, são necessários mais estudos para comprovar esta associação (MENEZES *et al.*, 2017).

Quadro 3 - Estudos de avaliação da repercussão do Programa Bolsa Família sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

Autor(es)/Ano	Local	Delineamento	Amostra	Instrumento e/ou Indicadores	Principais resultados
Traldi, Almeida e Ferrante (2012)	Araraquara/SP	Estudo transversal	100 famílias incluídas no PBF	EBIA	95% das famílias apresentaram algum grau de IA. Desse percentual, 26% em IAG, 44% em IAM e 25% em IAL.
Suzart e Ferreira (2018)	Bahia	Estudo transversal	230 famílias incluídas no PBF	EBIA	A prevalência de IA foi de 73,5%, distribuídas em 5,6% IAG, 26,9% IAM e 40,8% IAL.

Autor(es)/ Ano	Local	Delineamento	Amostra	Instrumento e/ou Indicadores	Principais resultados
Monteiro <i>et al.</i> (2014)	Curitiba/PR	Estudo transversal	442 famílias incluídas no PBF	EBIA	A prevalência de IA foi de 81,6%, sendo 8,9% IAG, 17,3% IAM e 55,4% IAL.
Lignani <i>et al.</i> (2011)	Brasil	Estudo transversal	5000 famílias incluídas no PBF	EBIA	A prevalência geral de IA foi de 89%. As famílias classificadas com SA eram menos dependentes dos benefícios do PBF.
Santos <i>et al.</i> (2020)	Dois municípios da Paraíba	Estudo transversal	406 famílias incluídas e não incluídas no PBF	EBIA	71,9% das famílias apresentaram algum grau de IA. Prevalências maiores de IA foram encontradas entre beneficiários do PBF, sendo observado 41,8% de IAM/ IAG contra 17,3% para os não beneficiários.
Menezes <i>et al.</i> (2017)	Bahia	Estudo transversal	502 famílias incluídas e não incluídas no PBF	EBIA	A prevalência de IA entre as famílias foi de 23,1%, sendo que 3,8% foram caracterizados como IAG. Identificou-se que o beneficiamento pelo PBF se associou significativamente com a IA.

PBF: Programa Bolsa Família; IA: Insegurança Alimentar; IAG: Insegurança Alimentar Grave; IAM: Insegurança Alimentar Moderada; IAL: Insegurança Alimentar Leve; EBIA: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Fonte: Autores, 2020

CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos por meio da revisão integrativa, o presente estudo possibilitou concluir que o recebimento do benefício através do PBF repercutiu positivamente para o aumento do consumo alimentar de forma quantitativa. Porém, apesar da incipiente melhora, as proporções de IA continuam elevadas na população beneficiada pelo Programa, assim como observou-se inadequações no estado nutricional dos beneficiários.

Para as famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, o PBF tem repercutido de forma positiva no consumo alimentar, por ser em muitos casos a única renda familiar, permitindo maior poder de aquisição de alimentos e reduzindo as taxas de desigualdades e fome.

Por outro lado, o benefício não produz impacto significativo sobre a IA, pois a complementação da renda não garante boas escolhas alimentares. Os estudos apresentados no atual estudo demonstram que as famílias têm optado por adquirir alimentos ultraprocessados, que saciam a fome, são mais baratos e acessíveis, favorecendo o surgimento de doenças crônicas e levando ao excesso de peso.

Em suma, apesar do maior acesso aos alimentos proporcionado pelo PBF, muitas famílias continuam na condição de IA. Sendo assim, a complementação da renda precisa estar atrelada ao desenvolvimento de políticas públicas de educação nutricional e estratégias de monitoramento,

agindo concomitantemente, para que se observem melhorias nos níveis de IA, consumo alimentar e estado nutricional da população.

REFERÊNCIAS

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O direito humano à alimentação adequada e o sistema de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF, 2013. 263p. ISBN 978-85-63364-06-7. Disponível em: http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf Acesso em: 05 jul. 2021.

ABREU, Domingos; AQUINO, Jakson A. Contexto familiar e cumprimento da condicionalidade de frequência escolar no Programa Bolsa Família no Ceará. **Educar em Revista**, Curitiba, n. spe.2, p. 55-69, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.52955>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/TCnrt7zXch9yz9zDgTsJbyc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05 jul. 2021.

BARBOSA, Lanay D.; SOUSA, Lohane K.; SCHOTT, Eloise.; REZENDE, Fabiane A.C.; RIBEIRO A.C.; PRIORE, S.E.; FRANCESCHINI, Sylvia C.C. Disponibilidade domiciliar de alimentos a partir da nova classificação de alimentos e (in) segurança alimentar. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2701-2709, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.18902018> Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020000702701&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jul. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Atos2004-2206/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan#wrapper>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Benefícios. Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Vigitel Brasil 2019: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

CABRAL, Marcela J.; VIEIRA, Karlla. A.; SAWAYA Ana L.; FLORENCIO, Telma, M.M.T. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Avançados**, Ribeirão

Preto, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 71-87, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zBFfWC9s8zjbLTpyTNwDkBd/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CAMPOLI, Jessica S. C.; ALVES JUNIOR, Paulo N.; KOROMA, Tatiana K.; MELO, Isotilia C. REBELATTO, Daisy A. N. O Bolsa Família aumentou a eficiência para a segurança alimentar? **Revista Gestão da produção, operações e sistemas**, São Paulo, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 168-181, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15675/gepros.v14i3.2617>. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/2617>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CARDOZO, Daiane R.; ROSSATO, Vera M. H. M.; OLIVEIRA, Maria R. M.; ALMEIDA, Luiz M. M. C.; FERRANTE, Vera L. B.; Sinara L.; COSTA. Identificação de padrões alimentares de famílias do Programa Bolsa Família e fatores associados à segurança alimentar e nutricional. In: XVII SAFETY HEALTH AND ENVIRONMENT WORLD CONGRESS. 17., 2017, Vila Real, Portugal. **Proceedings** [...]. Vila Real, PT: SHEWC, 2017. Disponível em: <http://copec.eu/shewc2017/proc/works/42.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

CARDOZO, Daiane R.; ROSSATO, Sinara L.; COSTA, Vera M. H. M.; OLIVEIRA, Maria R. M.; ALMEIDA, Luiz M. M. C.; FERRANTE, Vera L. B. Padrões alimentares e (in)segurança alimentar e nutricional no Programa Bolsa Família. **Revista Interações**, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, v. 21, n. 2, p. 363-377, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i2.2337>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/SQksrHsfZM9pQFCVGHfZfdy/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARMO, Ariane S.; ALMEIDA, Lorena M.; OLIVEIRA, Daniela R.; SANTOS, Luana C. Influência do Programa Bolsa Família no estado nutricional e frequência alimentar de escolares. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 4, p.381-387, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/hJLLvP7yMT5QsLtLvvcvXP6r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2020.

CASTRO, Inês R. R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, jul./ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.10.008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000200101. Acesso em: 16 mar. 2020.

CAVALER, Camila.; VITAL, Marieli M.; LANDRO, Maiara.; QUADROS, Luiz F.; CASTRO, Amanada.; SORATTO, Jacks. Representações sociais de “pobreza” e “bolsa família” para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, v. 57, p. 119-140, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14975>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14975>. Acesso em: 09 ago. 2020.

COLEONE, Joane D.; KUMPEL, Daiana A.; ALVES, Ana L. S.; MATTOS, Carolina B. Perfil nutricional e alimentar de escolares matriculados em uma escola municipal. **Revista Ciência e Saúde**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 1, p. 34-38, 23 fev. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1983-652X.2017.1.22762>. Disponível em: <https://>

revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/22762. Acesso em: 6 jul. 2020.

COOPER, Harris M. Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. **Review of Educational Research**, v. 52, n. 2, p. 291-302, 1982. <https://doi.org/10.3102/00346543052002291>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/00346543052002291?journalCode=rera>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COSTA, Mônica B.; SILVA, Jaqueline H. A.; SIMÕES, Ana C. S. R.; Alves, Márcio J. M. Obesidade infantil: características em uma população atendida pelo programa de saúde da família. **Revista APS**, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 14, p. 283-288, 06 jul. 2011. Acesso em: 6 jul. 2020.

DAUFENBACK, Vanessa.; RIBAS, Maria T. G. O. O “grosso” e o “das crianças”: consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR. **Revista Demetra: Alimentação, nutrição e saúde**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 47-64, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/demetra/article/viewFile/16090/16110>. Acesso em: 19 mai. 2020.

DE PAULA, Daniele V.; BOTELHO, Lucila P.; ZANIRATI, Viviane F.; LOPES, Aline C. S.; SANTOS, Luana C. Avaliação nutricional e padrão de consumo alimentar entre crianças beneficiárias e não beneficiárias de programas de transferência de renda, em escola municipal do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2009. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, Distrito Federal, v. 21, n. 3, p. 385-394, set. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000300004>. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1679-49742012000300004>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FARIA, Adriana A.; SILVA, Roberto B. D. Direito à alimentação, transferência de renda e progressividade: o caso do programa bolsa família no Brasil. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, Distrito Federal, v. 18, n. 114, p. 145-168, fev./mai. 2016. DOI: <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2016v18e114-1210>. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1210>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FRANCO, Jaqueline G.; BUENO, Marilene C.; KIRSTEN, Vanessa R.; LEAL, Greisse, V. S. Insegurança alimentar, consumo alimentar e estado nutricional de mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 3, dez. 2019. DOI: 10.15448/1983-652X.2019.3.32907. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/32907>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FREIRE, Maria B. B.; NASCIMENTO, Ellany G. C. Padrão de consumo alimentar: um estudo acerca dos hábitos alimentares. **Revista Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 3-4, p. 56-67, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.33947/1982-3282-v12n3-4-2606>. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2606>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE.
Diálogos sobre o direito humano à alimentação no Brasil - II etapa da pesquisa

repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: Ibase, 2009. Disponível em: https://www.ibase.br/userimages/Relatorio_2.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. Da estratégia “Fome Zero” ao plano “Brasil Sem Miséria”: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, 2013. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

LIGNANI, Juliana B.; SICHIERI, Rosely.; BURLANDY, Luciane.; SALLES-COSTA, Rosana. Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. **Public Health Nutrition**, Cambridge, Reino Unido, v. 14, n. 5, p. 785-792, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S136898001000279X>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/changes-in-food-consumption-among-the-programa-bolsa-familia-participant-families-in-brazil/0F1734240379FD57ABC9CFB568464C02>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LIMA, Flávia E. L.; RABITO, Estela I.; DIAS, Márcia R. M. G. Estado nutricional de população adulta beneficiária do Programa Bolsa Família no município de Curitiba, PR. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 198-206, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/pBVZQYqBWgLZqV5Bty7T4Kr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MACHADO, Mick L.; GABRIEL, Cristine G.; SOAR, Cláudia.; MAMED, Gisele R.; MACHADO, Patrícia M. de O.; LACEDRA, Josimari T. de.; MARTINS, Milena C.; MARCON, Maria C. Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00206716>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G8KS3cCv6c6hgmcpqGSm8fd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2020.

MALTA, Déborah C.; BERNAL, Regina T. I.; CARVALHO, Quéren H.; PELL, Jill P.; LEYLAN, Ruth D. A.; VASCONCELOS, Leda L. C.; CARSOSO, Lais S. M.; STOPA, Sheila R.; BARRETO, Maurício L. Mulheres e avaliação das desigualdades na distribuição de fatores de risco de doenças crônicas, Vigitel 2016-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, São Paulo, v. 23, p. 1-16, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200058>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/BfGkjTnQK9bMk4b4v5xdL6B/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENNA, Julio C.; PORTUGAL, Fernando O.; PRETTO, Alessandra D. B.; NETO, Dary P.; RASIA, Isabel C. B. Melhorias adquiridas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família da cidade de Pelotas/RS. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, Mato Grosso do Sul, v. 21, n. 42, p. 4-17, 2019. ISSN 1519-504X. Disponível em: <https://>

periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/7560/html. Acesso em: 06 ago. 2020.

MENEZES, Ramon D.; DEMETRIO, Fran.; SOARES, Micheli D.; HENRIQUE, Flávia C. dos S.; PANELLI-MARTINS, Bárbara E.; AMPARO-SANTOS, Lígia. Efeito do Programa Bolsa Família na prevalência de insegurança alimentar familiar. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v24i1.8642164>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8642164>. 11 ago. 2020.

MONTEIRO, Flavia.; SCHMIDT, Suely T.; COSTA, Islandia B.; ALMEIDA, Claudia C. B.; MATUDA, Nivia S. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1347-1357, mai. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CLsw7gx75fzWFM9gLPPWhrS/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2020.

NETO, José A. C.; FERREIRA, Renato E.; MARTINS, Ana V. V.; GASPARONI, Jéssica M.; SOUZA, Danilo Z. de O.; PEREIRA, Flávia P. dos S. As atitudes e o conhecimento sobre práticas de vida saudáveis de uma amostra da população de Juiz de Fora. **HU Revista**, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 43, n. 1, p. 51-60, 22 ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2017.v43.2608>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2608/915>. Acesso em: 09 mai. 2020.

OLIVEIRA, Edna R.; OLIVEIRA, Amauri A. B.; NAKASHIMA, Alike T. A.; ROSANELI, Caroline F.; FILHO, Albertino de O.; RECHENCHOSKY, Leandro.; MOARES, Augusto C. F. Sobrepeso e obesidade em crianças de diferentes níveis econômicos. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 12, n. 2, p. 83-89, abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2010v12n2p83>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/Dfj7xy3RzQ6tvKWqRymKwkq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2020.

REINEHR, Simone G. M.; COUTINHO, Renata E. Consumo Alimentar e estado nutricional de crianças de 0 a 7 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família de uma Unidade Básica de Saúde de Porto Alegre. **Biblioteca Virtual em Saúde**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, s.n, 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2017/35920/35920-1333.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ROCHA, Tatiana R.; SANTOS, Joceli S.; PEREIRA, Maria L. A. S.; PORCINO, Débora C.; PEREIRA, Marlus JH. Q. Escolhas alimentares entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Revista Demetra Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, e.43568, p.1-11, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2020.43568>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/43568>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SANTOS, Davi R.; BORGES, Henrique S.; ATTANASIO, Devaki de A. C.; PEREIRA, Lucas M. C.; PEREIRA JUNIOR, Manoel J. R.; PIMENTA, Matheus C. G.; MENEZES, Pedro A. F.; VEIGA, Benedito de O. Frequência e fatores associados ao sobrepeso e obesidade em escolares de 7-10 anos de Barbacena, Minas Gerais, Brasil. **Revista**

Médica de Minas Gerais, Minas Gerais, v. supl., n. 27, p.52-59, 2017. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20170009>. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/2040>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SANTOS, Diana S.; CARNEIRO, Michele de S.; SILVA, Sheila C. M. e.; AIRES, Christian N.; CARVALHO, Lorenn, J. da S.; COSTA, Liliane C. B. Transição nutricional na adolescência: uma abordagem dos últimos 10 anos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Ouro Fino, Minas Gerais, v. supl., n. 20, p. e477, 11 fev. 2019. DOI <https://doi.org/10.25248/reas.e477.2019>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331031977_Transicao_nutricional_na_adolescencia_uma_abordagem_dos_ultimos_10_anos. Acesso em: 28 jun. 2020.

SANTOS, L. *et al.* Insegurança alimentar, consumo de alimentos e estado nutricional de mulheres de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Revista Interações**, Campo Grande, Minas Gerais, v. 20, n. 3, p. 831-844, 23 set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1814> Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1814/pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SANTOS, Eduarda E. S.; OLIVEIRA, Maria M.; BERNARDINO, Ítalo de M.; PEDRAZA, Dixis F. Insegurança alimentar e nutricional de famílias usuárias de Estratégia Saúde da Família em dois municípios paraibanos, Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1607-1617, mai. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33412019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Vp7vYP448THzQmZbfynrmfD/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, Mariane A.; MILAGRES, Luana C.; CASTRO, Ana P. P.; FILGEUIRAS, Mariana de S.; ROCHA, Naruna P.; HERMSDORFF, Helen H. M.; LONGO, Giana Z.; NOVAES, Juliana F. O consumo de produtos ultraprocessados está associado ao melhor nível socioeconômico das famílias das crianças. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4053-4060, nov. 2019. DOI:<https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.25632017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5zNN563ccPcxBLg4CsvNJzC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVANI, Juliana.; BUSS, Caroline.; PENA, Georgia das G.; RECCHI, Andrea F.; WENDLAND, Eliana M. Consumo alimentar de usuários do Sistema Único de Saúde segundo o tipo de assistência e participação no Bolsa Família. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2599-2608, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.06472016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gFyS55bMLchN6Bd7zDSnmvw/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOUSA, Carolina P. da C.; SOUSA, Mayana P. da C.; ROCHA, Ana C. D.; PEDRAZA, Dixis F. Perfil epidemiológico do estado nutricional de crianças assistidas em creches no estado da Paraíba. **Revista Nutrire**, São Paulo, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 111-126, abr. 2011. Disponível em: http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas_publicacoes/317.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

SPERANDIO, Naiara.; RODRIGUES, Cristiana T.; FRANCESCHINI, Sylvia do C. C.; PRIORE, Silvia E. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos:

estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.25852016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dYwh638wC9c5n78pJzRMMCK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2020

SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, Distrito Federal, v. 24, n. 4, p. 739-748, out./dez. 2015. DOI: doi: 10.5123/S1679-49742015000400016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/q5nm5zJzkwPNtYZgRxTT8XS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2020

SUZART, André S.; FERREIRA, Aldo P.; LEMOS, Gyselle C. S. M.; CORREA, Geffer T. B.; BONFATTI, Renato J.; OLIVEIRA, Maria H. B. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, Bahia, v. 41, n. 3, p. 698-714, jul. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-906428>. Acesso em: 05 ago. 2020

SUZART, André S.; FERREIRA, Aldo P. Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, Vitória da Conquista, BA. **Revista Interações**, Campo Grande, Minas Gerais, v. 19, n. 3, p. 585-595, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i3.1636>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/B6kgNPjMQgqLCx9ScYj77dr/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2020.

TRALDI, Daiane R. C.; ALMEIDA, Luiz M. de M. C.; FERRANTE, Vera L. S. B. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Revista Interações**, Campo Grande, Minas Gerais, v. 13, n. 1, p. 23-27, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000100003>. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/26692/S1518-70122012000100003.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 ago. 2020.